



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 53458-3/01 – Comarca do Recife

Embargante: Israel Jair da Silva

Embargado: Estado de Pernambuco

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LICENCIAMENTO *EX OFFICIO*. AUSÊNCIA OMISSÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. ACLARATÓRIOS UNANIMEMENTE IMPROVIDOS. 1. Não se reflete no acórdão embargado qualquer omissão a ser suprida na presente via. 2. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida. 3. Aclaratórios improvidos de forma unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 53458-3/01, em sessão realizada no dia 04 de 02 de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



10.
021

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 53458-3/01 - Comarca do Recife
Embargante: Israel Jair da Silva
Embargado: Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos de Reexame Necessário e Apelação Cível em apenso que, no entender do embargante, incorreu em omissão ao dar provimento à interposição para reformar a sentença proferida pelo Togado Singular, que, por sua vez, decretou a nulidade do ato de licenciamento do mesmo por vislumbra: a ocorrência de *bis in idem* e violação ao direito de defesa, determinando sua reinclusão nos quadros da Polícia Militar de Pernambuco

Em suas razões, de fls. 02/07, alega o embargante que o aresto verberado deixou de se pronunciar sobre a questão da ampla defesa, prevista no art. 5º, LV, da CF/88.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão alegada.

É o relatório.

Recife, 04 de 07 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

022

Embargos de Declaração nº 53458-3/01 - Comarca do Recife

Embargante: Israel Jair da Silva

Embargado: Estado de Pernambuco

VOTO

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, dessarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, não vislumbramos qualquer omissão a macular o acórdão invectivado, senão vejamos.

Com efeito, ao contrário do que foi dito nas razões do presente recurso, verifico que o acórdão fustigado abordou de forma expressa a matéria referente à ocorrência ou não de violação ao princípio constitucional da ampla defesa, como se pode ver a partir da leitura dos itens 2, 3 e 4 de sua ementa, abaixo transcritos:

2. É de se ressaltar, contudo, que, com esteio no que preceitua o art. 5º, LV, da Carta Magna de 1988, tem prevalecido nos Tribunais Superiores o entendimento de que somente se afigura válido o ato administrativo punitivo quando assegurado ao acusado, em processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

3. No caso em apreço, verificou-se que o apelado teve pleno conhecimento das acusações que lhe estavam sendo imputadas, bem como do procedimento administrativo (fls. 35/110) que resultou em seu licenciamento, haja vista o fato do mesmo ter sido ouvido durante a sindicância sumária instaurada para apurar irregularidade, como demonstra o termo de declaração de fls. 43/44, sendo certo que poderia ter apresentado defesa e não o fez.

4. O mencionado direito de defesa também poderia ter sido exercido em sua plenitude através da interposição de recurso administrativo em face da decisão de licenciamento, nos moldes do art. 50 da Lei nº

12
023

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

6.783/74, sendo que o apelado em momento algum procurou exercê-lo, o que torna impraticável a arguição de cerceamento de defesa neste momento.

Como visto, a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, nego provimento aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator